

**HISTÓRIAS DA LITERATURA:
LEITURAS CONTEMPORÂNEAS.**
**EUNICE MOREIRA, AMANDA OLIVEIRA,
FÁBIO NASCIMENTO (Orgs.)**
Porto Alegre: Luminara Editorial, 2017
410 páginas. ISBN 978-85-62989-19-3

Este substancioso volume, coordenado por Maria Eunice Moreira, reúne um conjunto de conferências produzidas no âmbito do Seminário Internacional de História da Literatura, realizado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Brasil) entre 1995 e 2015. Nele participaram reputados investigadores de várias partes do mundo, analisando, sob diferentes perspectivas, os problemas e desafios epistemológicos da história literária contemporânea.

A declinação plural do título – *Histórias da Literatura* – já permite entrever a rejeição de um discurso narrativo uniforme, recebido do modelo canônico que está na gênese desta disciplina acadêmica. Nascida no século XIX e pujante durante grande parte do século XX, a história literária, de matriz europeia (e eurocêntrica) entra em declínio a partir das últimas décadas de Novecentos e começa desde então a questionar-se seriamente. Ao publicar *Is literary history possible?*, em 1992, David Perkins dava expressão à distância crescente entre a história e a teoria literária coevas, abrindo um debate sobre os fundamentos cognitivos e interpretativos que lhe davam (dão?) legitimidade. A visão orgânica

e hierárquica da literatura, bem como a ideia hegemônica da cultura nacional vinham já então a desmoronar-se nos vários sectores dos estudos literários e culturais. *Novas histórias* surgiam, trazendo a primeiro plano as margens rasuradas do cânone e pondo em causa o próprio conceito de literatura como “sistema”, aplicável a todas as produções e latitudes.

Esse debate ainda hoje prossegue, bastante consensual na identificação dos problemas mas sem solução orientadora quanto ao destino de uma disciplina algo descentrada do seu lugar epistemológico. Os 21 ensaios selecionados, embora publicados ao longo de vinte anos, dão testemunho do *estado da arte* neste campo do conhecimento, marcado pela profunda reconfiguração decorrente das teorias pós-modernas e pós-coloniais. Abordá-los-emos em função de alguns temas nucleares – tempo, cânone, nação – e não cronologicamente.

Claudio Guillén, um nome grande do comparativismo, é o primeiro a afirmar que “Não existe já uma tradição única, constante e majestosa, como antes de T.S. Elliot, em que um escritor possa inscrever-se” (p. 19), mas antes uma rede de relações à escala internacional cuja percepção depende do tempo-espço que nos é familiar. Por conseguinte, recusa qualquer visão totalizadora, finalística de algo que está sempre, por definição, *in medias res*: “Não, a história da Literatura não tem princípio nem fim (nem sequer as nacionais, cujas

origens têm fundas raízes invisíveis)” (p. 33). Em alternativa, o exercício que propõe – a inter-historicidade – é o de aproximar dois campos temporais ou culturais em que se verifiquem analogias. Considerando, entre outros exemplos, os géneros epistolares, realça a sobreposição de ‘continuidades e descontinuidades’: nunca há substituições nem perdas radicais na história da cultura, pois é próprio do legado cultural que nada se perde de vez.

Também Ettore Finazzi-Agrò reflete sobre a *descontinuidade*, posto que qualquer historicidade suscita a presença de temporalidades e interroga a ordem única e “natural” dos eventos. Será possível construir uma história que seja “descompassada”, “sem relógio” (termos de Bosi) e não sequencial e causal? O conceito moderno do tempo humano inspira-lhe uma história da cultura brasileira como uma “constelação de histórias” que se repetem, inscrevendo a diacronia na sincronia. O método consiste, explica num segundo ensaio, na “justaposição de imagens ou de figuras nas quais se condensa, por instantes, a memória de uma nação” (p. 387); uma iconologia de figuras cruzando tempos sem causalidade nem unidade.

O problema do cânone aflora em vários trabalhos, focado sob o ângulo ideológico ou genológico. Carlos Reis reflete sobre a personagem-escritor (ou vice-versa) nas histórias da literatura e no cânone: “A narratividade que, pela via da personagem enforma a história

literária favorece a tensão própria do grande enredo de que se tece a história da literatura” (p. 342); detém-se em vários escritores que foram também figuras ficcionais, em particular sobre Camões, dado o mito biográfico que rodeou o poeta. Ana Caballé trata do género autobiográfico e da sua diferente consagração consoante os países; estuda o caso de Espanha, em que não entrou no cânone como discurso modelar, deixando alguns textos notáveis na sombra. Segundo Enric Sullà (“El canon sempre llega tarde”), o cânone, como metarrelato, respondeu a uma necessidade cultural de outro tempo mas deixou um vazio difícil de contornar. Em seu lugar defende o estudo dos ‘clássicos’, conceito mais neutro, dinâmico e sem ambições nacionalistas: há clássicos modernos dos mais diversos géneros, eruditos e populares, que se legitimam em função dos leitores.

A ideia de nação polariza grande parte dos ensaios mais focados na região sul-americana. A nação que nos habituámos a conceber como algo orgânico – seja por parte do discurso historiográfico, sociológico ou literário – é agora objeto de desmontagem crítica enquanto construto aglutinador. Como lembra Octavio Ianni, a nação é ao mesmo tempo realidade e ficção, imaginário e racionalização. E se é verdade que não existe à margem da narração, como quase todos os autores constatarem, também nos desafia ao exorcismo das grandes narrativas identitárias. O tempo pós-

-moderno encorajou a visão múltipla, descentradora, e o pós-colonialismo inverteu a pirâmide cultural construída sob o signo da “dominação”. Para Nelson H. Vieira, a multiculturalidade deve estar no cerne de uma história literária moderna e democrática, que saiba representar a alteridade e a “diferença” (étnica, social, grupal...). Esta exigência torna-se particularmente pertinente em culturas de matriz híbrida, como a brasileira, por muito que tal reescrita possa desestabilizar a narrativa nacional.

Também outros autores se concentram na consciência pós-colonial, considerando o espaço mais amplo da América Latina: ao criar-se uma pré-história das literaturas americanas, ocultou-se a “literatura indígena”; ela aparece agora em força, mas fragmentada, como na realidade é. Segundo Hugo Achugar, coloca-se desde logo o problema da língua, pois a heteroglossia é inerente a este espaço e aos seus sujeitos, cuja diversidade encaixa mal nos projetos nacionalistas e no próprio lexema “latino-americano”. Todavia, o dinamismo sociocultural desta parte do mundo tem implicado transformações relevantes: a par da escrita, recupera-se o Romanceiro oral índio, como nota Zulma Palermo, e surgem produções intermediáticas alternativas. Ana Pizarro observa que a consciência de subalternização vai empurrando o popular para o sistema erudito; já não basta, desde os anos 70, falar em ‘transculturação’; trata-se mais de criouliização a nível

global. Mónica Barnabé acrescenta que a videosfera criou uma ‘biblioteca’ suplementar que trouxe a público figuras excluídas da cultura tradicional. É o tempo do ‘cosmopolitismo do pobre’, que caiu diretamente na metrópole contemporânea sem passar na era industrial. Por conseguinte, a literatura não serve já políticas identitárias: fora do discurso geopolítico, a “Nossa América” deixou de existir.

Finalmente, há um conjunto de textos centrados na tradição histórico-literária de Portugal e do Brasil. David Brookshaw analisa a história da literatura brasileira do ponto de vista ideológico: como ela imprimiu à literatura, desde as origens românticas, uma vontade identitária, “inventando-a” segundo o padrão desejado. Luiz Costa Lima vai mais longe, ao afirmar que a história literária enquistou na ideia romântica ou teleológica da nação, “permanecendo, até hoje, a ferramenta básica com que, no Brasil, se encara a literatura.” (p. 246). Paulo de Medeiros também traça um panorama crítico da produção portuguesa mais recente, que considera pouco sensível às transformações teóricas operadas no campo literário. Comenta depois duas obras “revisionárias” em língua inglesa – uma em Portugal (Tamen e Buescu, 1999), outra no Brasil (J. Rocha, ed., 2000) – ambas mais inovadoras nos propósitos do que no resultado final. Outros autores – José Ornelas, Vânia Pinheiro Chaves – detêm-se em análises de casos histórico-literários concretos.

Vale a pena concluir com o excelente ensaio de Hans Ulrich Gumbrecht, cujo título convoca a questão central do volume: “Devemos continuar escrevendo histórias da literatura?” Traçando o historial da disciplina, observa, no século XX, um movimento centrífugo em relação a todo o perspectivismo historiográfico; uma autêntica ‘fobia’ em relação à história e à forma narrativa foi-se adensando, à medida que entra em crise a epistemologia baseada no sujeito que vê ‘de fora’. Segundo o novo paradigma filosófico, o observador deixa de estar situado no limiar entre passado e futuro e passa a estar diluído, imerso no objeto observado; por conseguinte, a narrativa da nação perdeu interesse, mas ganharam relevo as experiências físicas de *imersão histórica*. Procuramos na historicidade da literatura “um sentimento sensual de ser parte de e inscrito no mundo material que nos cerca” (p. 239). Isso dará lugar a “um novo tipo de histórias da literatura que são fragmentados em centenas de pequenas ‘entradas’”, mas que “não convergem para quaisquer conceitos mais abrangentes que tentem capturar a identidade de uma nação.” (*ibid.*).

Permanecem, como se vê, muitas incertezas sobre o futuro da história literária enquanto disciplina académica – se futuro vier a ter, como nota Gumbrecht, pois, atualmente, “não temos manual de instruções”. Mas essa é uma discussão que não se esgota no presente volume. O seu mérito é sobretudo o de

debater as questões teóricas e culturais que hoje enfrenta quem se dedica ao estudo sistémico da literatura. Não é demais realçar a coerência e a qualidade desta publicação, que apenas peca por algum descuido na revisão dos textos, todos eles apresentados em língua portuguesa ou espanhola.

Maria Helena Santana

<https://orcid.org/0000-0002-4264-2568>

https://doi.org/10.14195/2183-847X_9_15

**THE WRITTEN WORLD:
HOW LITERATURE SHAPED HISTORY
MARTIN PUCHNER**

London: Granta Books, 2017

410 páginas. ISBN 978-1783783137

The Written World – How Literature shapes History by Martin Puchner tries to trace the journey of literature and how it interacts with civilization. As a professor of English and comparative literature at Harvard, Puchner strives to guide the readers through a well-crafted chronological tour of world history. From the world of Homer through the establishment of Christianity to the eccentric world of Harry Potter, the book reflects on the world of literature as it develops parallel to the world of contemporary man. A critical look at the content shows that the focus of the book is not primarily on literature; rather, it touches on the technologies associated with the production and distribution of literature.